

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.783 - PB (2019/0298943-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : M L I (PRESO)
ADVOGADOS : BRUNO CHIANCA BRAGA - PB011430
DANIEL GOMES DE SOUZA RAMOS - PB016030
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

O paciente, acusado de estupro contra vulnerável, alega sofrer coação ilegal acórdão do Tribunal *a quo*. Busca, em liminar e no mérito, a revogação de sua prisão preventiva por falta de demonstração de indícios razoáveis de autoria e do risco que sua liberdade enseja para os bens jurídicos tutelados pelo art. 312 do CPP. Alternativamente, pleiteia a substituição da cautela extrema por medidas no art. 319 do CPP.

Decido.

A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta dos indícios da autoria e de razões fáticas e jurídicas que a justifiquem.

Decido.

O paciente foi acusado de incursão nos arts. 217-A e 213, §1º, do CP, pois, em tese, de 2011 até o ano de 2018, na residência da família e na condição de padrasto, teria, algumas vezes mediante violência, constrangido a ofendida, dos 7 aos 14 anos, à prática de atos libidinosos, consistentes em brincadeiras sexuais, masturbação e sexo oral. De acordo com a denúncia, por vezes, a vítima foi ameaçada e, quando resistia, era agredida fisicamente com beliscões ou agressão no rosto.

A um primeiro olhar, não verifico flagrante ilegalidade do édito prisional.

O Juiz indicou indícios razoáveis de autoria, "a partir de todas as provas já produzidas em fase de inquérito" (fl. 62). Deveras, entre os elementos de convicção amealhados e que serão objeto de contraditório

Superior Tribunal de Justiça

durante a instrução criminal, além da palavra da vítima, consta, na denúncia, a realização de exame sexológico e relatório psicossocial.

Quanto ao *periculum libertatis*, o Magistrado justificou a necessidade de garantir a ordem pública e, portanto, evitar a reiteração delitiva, ante a **periculosidade do suspeito**, evidenciada pela gravidade em concreto dos fatos sob apuração. O édito prisional ressaltou que a vítima era "**uma criança**" e que o delito "ameaça seriamente a ordem pública" (fl. 63).

Não verifico a teratologia do édito prisional e, a um primeiro olhar, o crime foi perpetrado na residência do postulante o que, ao menos por ora, não permite a conclusão segura sobre a suficiência de cautelares menos aflitivas.

À vista dos exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juiz de primeiro grau, acerca das condição atual do réu e do andamento processual, encarecendo, ainda, o envio de cópia de sua folha de antecedentes.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**